

Condecorações monarquistas nas guerras de independência da América Espanhola

O cacique Núñez de Mamatoco
e a Real Ordem Americana de Isabel a Católica

Royalist Decorations in the Spanish American Wars of Independence

Cacique Núñez of Mamatoco
and the Royal American Order of Isabel la Católica

STEINAR ANDREAS SAETHER¹ <http://orcid.org/0000-0003-3180-5904>

¹Department of Archaeology, Conservation and History

University of Oslo

Pb 1008 Blindern, Oslo, 0315, Norway

s.a.sather@iakh.uio.no

RESUMO Este artigo usa as diversas distinções monarquistas recebidas pelo cacique do pequeno povoado indígena de Mamatoco para explorar os significados e as funções das condecorações tanto da perspectiva dos funcionários da Coroa quanto daqueles que as recebiam. O texto explica o uso estratégico das condecorações em tempos de guerra, o novo caráter iluminista das distinções honoríficas na era napoleônica, e por que os historiadores devem ser cuidadosos em considerá-las como uma evidência do monarquismo popular.

PALAVRAS-CHAVE monarquismo popular, distinções honoríficas, guerra simbólica

Recebido: 02 jul. 2018 | Revisto pelo autor: 05 out. 2018 | Aceito: 15 out. 2018

<http://dx.doi.org/10.1590/0104-87752019000100004>

Varia Historia, Belo Horizonte, vol. 35, n. 67, p. 83-111, jan/abr 2019



ABSTRACT This article uses the multiple royal distinctions received by the cacique of the small Indian pueblo of Mamatoco to explore the meanings and functions of decorations both from the perspective of the Crown's officials and the recipients. It explains the strategic use of decorations in time of war, the new enlightened character of honorific distinctions in the Napoleonic era, and why historians should be careful in viewing them as evidence of popular royalism.

KEYWORDS popular royalism, honorific distinctions, symbolic warfare

No dia 25 de julho de 1815, dia de Santiago — o santo padroeiro da Espanha — uma cerimônia altamente simbólica ocorreu na praia da pequena cidade de Santa Marta, no Vice-Reinado de Nova Granada. O próprio general Pablo Morillo dirigiu a cerimônia. Ele era o comandante do exército expedicionário de dez mil soldados enviados da Espanha pelo rei Fernando VII, que recentemente havia retomado o trono, para restaurar o domínio monárquico na Venezuela e na Nova Granada. Naquele dia, na costa caribenha, diante de seus soldados, Pablo Morillo condecorou Antonio Núñez, o cacique da pequena cidade indígena de Mamatoco, com uma fita vermelha e um diploma. Sem dúvida, sua intenção era dar uma demonstração pública extremamente visível e impressionante da benevolência e da generosidade do rei para com seus súditos leais. Contudo, Morillo não pôde conduzir a cerimônia em todo o seu esplendor. As medalhas de ouro gravadas com o busto do rei foram perdidas com o navio de guerra *San Pedro de Alcántara*. Ainda assim, o diploma, a fita e a promessa de uma medalha de ouro, conferida a Núñez diante de dez mil soldados espanhóis, devem ter sido uma visão deliberadamente impressionante. Ademais, no ano seguinte, o rei declarou que os serviços do cacique mereciam distinções mais elevadas devido ao papel que desempenhara na reconquista da cidade de Santa Marta. Núñez foi finalmente agraciado com o posto e o salário do capitão do exército e com a cruz da Real Ordem Americana de

Isabel a Católica.¹ Embora a atribuição de medalhas a indivíduos que se distinguiram em batalha fosse bastante comum, a condecoração de caciques de pequenos povoados indígenas com o pertencimento a ordens como a de Isabel a Católica certamente não era. De fato, quando a década de 1820 já ia bem avançada, Antonio Núñez era o único índio entre as centenas de pessoas condecoradas com uma cruz na ordem de Isabel a Católica, tão socialmente exclusiva.

Condecorações em tempo de guerra, como as que foram conferidas a Núñez, são interessantes por pelo menos três razões que serão exploradas neste artigo. Primeiramente, como parte integrante da estratégia militar da época, tanto no lado republicano quanto no lado monarquista, elas foram mais tarde negligenciadas com frequência por historiadores que não avaliaram o significado simbólico e o valor de tais distinções visíveis nas sociedades em que hierarquia, honra e status eram essenciais (Ihl, 2006; 2007; Artola Renedo, 2016; Borges da Silva, 2014). Segundo, durante o período napoleônico, novas ordens de distinções foram constituídas e as antigas modificadas, estimuladas em parte por debates iluministas sobre mérito versus direito inato, por sistemas racionais de recompensas e punições e por formas eficazes de reforçar a virtude patriótica. A Real Ordem Americana de Isabel a Católica é de particular interesse nesse sentido, pois combinou conceitos modernos de virtude individual com noções mais antigas de hierarquia e distinções. Terceiro, pouco se sabe sobre como homens e mulheres comuns percebiam essas condecorações.

O caso de Antonio Núñez, cacique da pequena vila indígena de Mamatoco, nos arredores de Santa Marta, serve como um prisma microhistórico tanto para entender os dilemas e desacordos entre os monarquistas nos níveis mais altos no que diz respeito a como motivá-los e fomentar seu patriotismo, quanto para investigar as motivações do

1 Pablo Morillo ao Secretário de Estado e Despacho Universal das Índias, 27 de julho de 1815; e “Expediente sobre haver condecorado el Capitán General Don Pablo Morillo con una medalla de distinción al Cacique de Indios Don Antonio Núñez”, Archivo General de Indias (doravante AGI), Santa Fe 1201.

cacique e de seus seguidores em suas relações com os oficiais monarquistas. O artigo explora, portanto, os possíveis significados da condecoração de Antonio Núñez. Uma questão refere-se às ações do cacique depois de 1813 e às motivações por detrás delas. Isso toca tanto nas alianças quanto nas relações antagonicas entre Núñez e outros atores importantes no conflito durante a primeira fase das guerras de independência da América Espanhola. Outra questão diz respeito à condecoração em si. Por que os monarquistas conferiram medalhas e distinções honoríficas a índios como Antonio Núñez? Qual era a lógica por detrás delas? E até que ponto as condecorações podem ser entendidas como evidência do monarquismo popular na América Espanhola?

AS AÇÕES DO CACIQUE

Os acontecimentos de 1813, que serviram de base à condecoração de Antonio Núñez dois anos depois, são bem conhecidos. Pierre Labatut, um veterano francês da Guerra Peninsular² e um dos europeus que acompanharam Francisco Miranda à Venezuela, tomou Santa Marta em 1º de janeiro de 1813, sem resistência, como comandante de uma das divisões do recém-formado Exército de Libertação da vizinha província de Cartagena (Labatut, 1996). Antecipando a incursão de Labatut, a maioria dos habitantes espanhóis fugiu com suas famílias e escravos para Cuba ou Portobelo, no Panamá. As famílias da elite local ficaram, e há indícios de que pelo menos algumas delas conspiraram secretamente contra os monarquistas espanhóis e até mesmo podem ter convidado o exército insurgente de Cartagena. No entanto, o governo de Labatut era tudo menos popular e, em apenas dois meses, havia afastado a maioria da população remanescente. Às seis horas da manhã de 5 de março de 1813, cerca de 200 índios, liderados por Núñez, retomaram a cidade de

2 A Guerra Peninsular foi um conflito militar entre a França napoleônica e a Espanha (e mais a Grã-Bretanha, aliada a Portugal), pelo controle da Península Ibérica. A guerra começou a com a invasão e a ocupação de Portugal pelos exércitos franceses e espanhóis, em 1807, se intensificou em 1808, quando a França voltou-se contra a Espanha, e se estendeu até a derrota de Napoleão, em 1814. (N. do T.)

Santa Marta. A data marcou um importante ponto de virada nas guerras de independência nesta parte da América espanhola. De março de 1813 a novembro de 1820, Santa Marta foi a principal fortaleza monarquista. De Santa Marta, foram lançadas expedições para subjugar as províncias insurgentes até Cartagena e Santa Fé de Bogotá estarem novamente em mãos monarquistas.

Historiadores e outros comentaristas, ao escreverem sobre os eventos de uma perspectiva republicana, tenderam a ver Antonio Núñez e os índios das cidades vizinhas a Santa Marta como os principais exemplos de monarquistas ingênuos e primitivos, que não compreendiam as noções abstratas de liberdade e soberania nacional para as quais os heróis da independência lutaram. Quando a guerra da independência é apresentada como um grande conflito ideológico, que coloca a antiga ordem colonial, monárquica, contra a nova república liberal e democrática, os índios de Mamatoco, Bonda, Ciénaga, Taganga e Gaira são reduzidos a tradicionalistas retrógrados. Quando olhamos mais de perto, no entanto, o conflito se torna menos nítido (Sourdis, 1994; Restrepo Tirado, 1976; Saether, 2005b; Vilorio De La Hoz, 2015).³

Núñez não era de modo algum um escritor prolífico. Poucas foram as fontes diretas encontradas que podem nos dar pistas sobre sua perspectiva a respeito da crise política e militar em curso. A melhor fonte à nossa disposição é uma cópia de uma carta que ele ditou poucas horas após a expulsão de Labatut. Foi endereçada ao governador da província vizinha de Riohacha, que ainda era controlada por forças leais às autoridades espanholas:

Viva Fernando VII! Às seis horas da manhã deste dia atacamos o francês Pedro Labatut com toda a fúria de um *Pueblo* ofendido, unidos aqueles deste *Pueblo* com os de Bonda e Santa Marta, e agora às nove horas o combate terminou quase sem feridos. Agora acho que vou seguir para a Cidade, onde foi feita uma proclamação em apoio a Fernando VII.

3 RESTREPO, José Manuel. *Historia de la revolución de la república de Colombia en la América Meridional*. Besançon: J. Jacquin, 1858.

Ontem o francês atacou este *Pueblo*,... algumas pessoas morreram e toda a carreta com munições caiu em nossas mãos. V. S. deve decidir imediatamente se vai nos ajudar com navios, tropas e outros apoios para nos sustentar, e informar o governador desta cidade para que ele possa seguir em frente. O francês levou consigo o coronel Munive em sua fuga. Quando a cidade for organizada e o *cabildo* estabelecido, eles informarão V. S. com mais detalhes (...).⁴

Vários aspectos desta carta merecem comentários mais aprofundados. Primeiro, o cacique imaginou suas ações em um conflito que envolvia, se não o monarquismo em si, pelo menos os direitos do rei Fernando VII e da ordem monárquica. Ele não apenas começou a carta com uma saudação ao rei, mas na nota curta menciona especificamente a proclamação em favor do rei que foi feita em Santa Marta assim que Labatut foi expulso. A carta, portanto, parece corroborar a ideia de que o cacique de Mamatoco realmente considerou esse incidente como parte de uma guerra pela causa do rei.

Além disso, a palavra “pueblo” é repetida três vezes na breve nota, enfatizando assim a natureza popular da ação do cacique. Mas como François Xavier Guerra, entre outros, observou, o termo “pueblo” em espanhol pode ter pelo menos três significados diferentes, e também

4 Cacique de Mamatoco ao governador de Riohacha, 5 de março de 1813 (cópia), in “Relación de las Obras que por si ha practicado el M.N. Y L. Pueblo de la Ciudad del Rio Hacha en defenza de los derechos de su soberano el Sr Dn Fernando 7o y de la Patria, para que el M. Y. Alluntamiento asi lo sertifique para usar de el ante quien corresponda,” AGI, Santa Fe 746, fols. 91-92. A carta diz o seguinte, no original em espanhol: “Viva Fernando Septimo.= A las seis de la mañana de este dia, hemos acometido al Frances Pedro Labatut con todo el furor de un Pueblo agraviado, unido los de este Pueblo con los de Bonda y Santa Marta, y ahora que serán las nueve se ha concluido el combate, con casi ninguna desgracia. Ahora creo pasaré a la Ciudad donde se ha proclamado a Fernando Septimo. Ayer embistió a este Pueblo el Francés, y le quitamos un Biolento, murió alguna gente y todo el carruaje de pertrechos cayó en nuestras manos. Inmediatamente dispondrá VS. Auxiliarnos con Buques, Tropas y demás para sostenernos poniéndolo en noticia del Sor Gobernador de esta Ciudad para que se ponga en camino. El Francés se ha llevado en su profugacion al Coronel Munive. Luego que se organice la Ciudad, y el Cabildo se ponga, oficiarán a V.S., relacionándole mas por menor lo que ha pasado. Dios guarde a VS muchos años. Mamatoco 5 Marzo de 1813 = El Cacique de Mamatoco = Braulio Perea=José Maria de Robles= Agustín Perea= S^o Gobernador de Rio Hacha”.

nesta carta o termo pode ser entendido de maneiras diferentes (Guerra, 1993). No nível mais concreto, refere-se a uma localização territorial e física — “pueblo” como cidade ou vila. Esta é a compreensão mais convincente da palavra quando ela aparece na frase: “Ontem, o francês atacou este *Pueblo*”. O termo também pode se referir aos habitantes dos *pueblos*, como na segunda vez que a carta o menciona: “os desse *pueblo* estavam unidos aos de Bonda e Santa Marta”. Mas seu primeiro uso tem um significado mais abstrato. “A fúria de um *pueblo* agravado” pode ser entendida como uma referência geral a todos os habitantes de Bonda, Mamatoco e Santa Marta, mas também pode ser lida como uma referência aos setores populares da cidade e das cidades vizinhas. Apenas a partir da carta, é impossível verificar se o cacique tinha em mente um “pueblo” inclusivo, abrangendo todos os habitantes, ou o “pueblo” socialmente mais restritivo, entendido como os plebeus. É até possível que o “pueblo”, usado pelo cacique, se referisse aos índios pagadores de impostos, ou seja, aqueles que viviam em “*pueblos de Índios*”.

É claro que Antonio Núñez estava do lado do rei, mas a carta menciona apenas um inimigo: o próprio Labatut. Não há referências a outros inimigos, seja pelo nome ou mais indiretamente para grupos ou ideias. Ao se referir a Labatut, o cacique o chama simplesmente de “o francês”, e esse conveniente dispositivo retórico reflete o contexto militar da época. O rei ainda era mantido em cativeiro na França, e tanto na Península Ibérica quanto na América Espanhola, a narrativa preferida dos monarquistas os descrevia como defensores da legítima causa do rei cativo; seus adversários eram *afrancesados*, possivelmente ateus, ou pelo menos anticatólicos, intrusos, oportunistas e rebeldes. Em sua insistência em rotular o inimigo como “o francês”, a carta reflete a narrativa mais conveniente e simples das guerras vistas do lado monarquista.

Embora a carta fosse bem recebida pelos funcionários reais e pelos monarquistas nas províncias vizinhas, o tom com que o cacique se dirigiu ao governador de Riohacha deve tê-lo incomodado. Longe de sinalizar sua submissão às autoridades reais, o cacique se aproxima dos governadores com o que parece mais ordens e comandos diretos do que pedidos educados. Em vez de sinalizar com uma subordinação

às autoridades reais, o cacique lhes diz o que fazer e faz promessas em nome das autoridades da cidade. As notícias sobre a tomada real de Santa Marta espalharam-se rapidamente. Cópias da carta do cacique para o governador foram enviadas ao vice-rei e às autoridades reais da Espanha e da América Espanhola. Ela chegou a ser publicada pela *Gaceta* do governo mexicano em agosto.⁵

Como a carta do cacique sugerira, a eficácia militar dos índios colocava-os em uma posição influente em relação aos oficiais monarquistas em Santa Marta. Nos anos seguintes, o cacique Núñez e os índios das pequenas cidades do entorno de Santa Marta obtiveram benefícios simbólicos e reais em troca de seu apoio ao rei e aos *peninsulares*. Primeiro, os índios detiveram mais de cem habitantes presos por suspeita de apoiar secretamente os rebeldes de Cartagena. Além disso, quando o novo governador, Pedro Ruíz de Porras, chegou a Santa Marta algumas semanas depois, não conseguiu convencer os índios a libertá-los. O novo capitão-geral de Nova Granada, Francisco Montalvo, nascido em Cuba, chegou a Santa Marta em junho de 1813. Ele informou à Espanha que o povo ainda se recusava a libertar os prisioneiros e acusou o governador Ruíz de Porras de armar os índios e tolerar que eles confiscassem os bens das fazendas dos *criollos* ricos, a quem os índios chamavam de jacobinos (Saether, 2005a, p.205-206; 2005b, p.72; McFarlane, 2014, p.133-134; Earle, 2014, p.55-58). Um exemplo ainda mais espantoso de interferência popular no governo monarquista ocorreu quando os plebeus de Santa Marta e os índios das cidades vizinhas se recusaram a aceitar o recém-nomeado governador de Santa Marta em 1814, e insistiram que Ruiz de Porras continuasse no cargo, o que de fato aconteceu até a queda final do governo monarquista em Santa Marta seis anos depois. Nem Ruíz de Porras nem Montalvo estavam interessados nessa forma de intervenção popular, mas explicaram em várias cartas ao conselho de regência na Espanha que não viam alternativa alguma além de aceitar o pedido do povo.⁶

5 *Gaceta del Gobierno de México*, 2 de agosto de 1813, p. 805.

6 “Pedro Ruiz de Porras solicita la estabilidad en el gobierno de Santa Marta”. Archivo General de la Nación (doravante AGN), Petições 3, fols. 89–96.

Além disso, em fevereiro de 1814, o cabildo de Santa Marta decretou que o dia 5 de março passaria a ser um dia de celebração festiva que comemorasse “os benefícios que a Alteza Suprema dispensou a este povoado com a expulsão das tropas do governo ilegal de Cartagena”. O bispo concordou que a cada 5 de março um Te Deum seria cantado, acompanhado de uma missa solene dedicada a Nossa Senhora da Imaculada Conceição. O decreto declarou explicitamente que o cacique de Mamatoco deveria participar. O governador Ruíz de Porras garantiria a iluminação da cidade durante as festividades e organizaria uma salva de tiros. O capitão-geral Montalvo saudou essa iniciativa de todo o coração e declarou que ficaria feliz em participar da cerimônia.⁷

Chamar isso de aliança entre índios e monarquistas talvez seja impreciso. Os índios de Mamatoco e de outras cidades que gravitavam em torno de Santa Marta estavam em boas relações com o governador nascido na Espanha, que por sua vez lhes proporcionou uma considerável margem de manobra e influência na administração da cidade nos anos seguintes. Por outro lado, o capitão-geral, que era o superior do governador e pelo menos nominalmente o chefe civil e militar de toda a capitania-geral de Nova Granada e Venezuela, não se atreveu a ficar na cidade de Santa Marta e fixou residência no forte El Morro, em uma ilhota na baía de Santa Marta.⁸ No entanto, foi o próprio Montalvo quem informou Morillo em julho de 1815 sobre as ações do cacique Núñez (Earle, 2014, p.57). Núñez e seus seguidores indígenas atuaram repetidamente em favor da causa monárquica. Porém, longe de demonstrar o tipo de obediência cega que a retórica absolutista pedia, seu apoio ao governo monárquico implicava mais influência, maior autonomia e mais privilégios do que eles tinham desfrutado anteriormente e certamente mais do que poderiam esperar dos republicanos, caso estes fossem vitoriosos (Echeverri, 2011)

7 “Festividad del 5 de marzo en Santa Marta, con el aniversario de la recuperación de esta plaza por las autoridades realistas”, in: CORRALES, Manuel Ezequiel. *Documentos para la historia de Cartagena*. vol. 1. Bogotá: Rivas, 1883. p.624.

8 Governador de Santa Marta e Cabildo ao Capitão-Geral, Santa Marta, 3 de outubro de 1813, AGN, Archivo Anexo I.17, Historia, Maço 15, doc. 40, fols. 231-237.

A TRADIÇÃO HISPÂNICA DE ORDENS E DISTINÇÕES HONORÍFICAS

O que a condecoração em si significava para os funcionários reais, os comandantes militares e o próprio destinatário? A distinção que Morillo inicialmente pretendia conceder ao cacique foi a medalha de ouro com o busto de Fernando VII, com uma fita e um diploma. Em março de 1815, quando a Ordem de Isabel foi criada, a expedição de Pablo Morillo já estava a caminho, cruzando o Atlântico, tendo partido de Cádiz no mês anterior com 65 navios e mais de dez mil soldados. Morillo recebera instruções precisas e extensas do ministro das Índias, o mexicano Miguel de Lardizábal, datadas de 28 de novembro de 1814. Um dos parágrafos declarava explicitamente que os habitantes de Coro e Santa Marta deveriam ser recompensados por sua lealdade.⁹ A expedição trouxe um número desconhecido de medalhas de ouro com o busto do rei, que recentemente reassumira o trono, com as quais indivíduos dignos deveriam ser condecorados. No entanto, em uma das grandes tragédias da expedição, um incêndio destruiu o principal navio de guerra *San Pedro Alcántara* em 24 de abril de 1815, na costa da Venezuela, e todas as medalhas foram perdidas.

Durante a cerimônia diante dos soldados de Morillo na praia de Santa Marta, o cacique foi condecorado com apenas uma fita e um diploma. O evento foi devidamente anotado no diário oficial do Exército Expedicionário e mais tarde em uma carta de Morillo ao Conselho das Índias, dois dias depois. Mas o próprio Morillo não estava muito entusiasmado com condecorações desse tipo. Em suas memórias, não há menções de condecorações, medalhas e distinções. Na carta, ele aparentemente reproduz as palavras do capitão-geral Montalvo, que não mostrava entusiasmo pelo cacique. No entanto, a descrição dos feitos do cacique é elogiosa. A medalha foi concedida com base

9 “Instrucciones dadas al general Morillo para su expedición a costa firme, por el ministro universal de Indias Lardizábal. Muy reservado”. Madri, 18 de novembro de 1814. Real Academia de Historia, doravante RAH), Coleção Morillo, sig. 9/7651, b), fols. 39-46v.

[n]os distintos serviços e [n]a bravura do cacique indígena de Mamatoco e cidades circunvizinhas, Don Antonio Núñez, que agiu de forma tão admirável para a reconquista desta cidade no dia 5 de março de 1813 com a expulsão do ímpio Pedro Labatut. Ele usou toda a sua coragem extraordinária e o poder que exerce sobre os da sua classe e do resto dessas terras, que o respeitam e consideram-no grande. Ele os empregou para dar impulso e energia à ação que resultou na derrota dos insurgentes e na fuga vergonhosa.¹⁰

A concessão de medalhas, fitas e diplomas a sujeitos e soldados leais e úteis não era nova. Na América Espanhola do século XVIII, muitas medalhas foram concedidas, e não apenas a indivíduos que pertenciam às camadas mais altas das hierarquias civis, militares ou eclesiásticas. Eles eram especialmente frequentes em épocas de conflitos violentos, como durante as grandes rebeliões andinas na década de 1780. No entanto, a Coroa teve o cuidado de garantir que os prêmios se ajustassem aos ideais de estratificação social. Nos documentos referentes à medalha e à fita conferidos ao cacique Marcos Cevallos y Condorpusa, no rescaldo da rebelião de Tupac Amaru, as autoridades espanholas foram muito claras quanto ao princípio de que ele deveria receber não apenas a medalha, mas também a fita, porque “caso contrário, o prêmio seria o mesmo que o dado a *morenos e pardos*”.¹¹ Por conseguinte, embora as condecorações fossem, em certa medida, concedidas com base no mérito pessoal, foram estabelecidos limites claros para evitar que a estratificação e a hierarquia social fossem perturbadas. Como veremos, este também foi um ponto importante de discussão quando a Ordem de Isabel foi instituída e especialmente durante seus primeiros anos de existência.

10 Pablo Morillo ao Secretário de Estado e do Despacho Universal de Índias, 27 de julho de 1814, AGI, Santa Fe 1201.

11 “Concesión de la banda encarnada y medalla de Carlos III a Marcos Cevallos y Condorpusa, cacique de Arequipa”, Archivo General de Simancas (doravante AGS), SGU, maço. 7124,47, fols. 397-403.

Um aspecto essencial da condecoração frequentemente negligenciado é que uma de suas principais funções era garantir a *futura* lealdade do destinatário. Elas não eram apenas reconhecimentos simbólicos de ações heroicas do passado, mas também pretendiam ligar o receptor ao rei no futuro. Foi esse evidentemente o caso quando o governador de São Domingos, Joaquín García, argumentou a favor da condecoração de Toussaint Louverture com uma medalha de ouro. Isso ocorreu em janeiro de 1794, durante a primeira fase da insurreição haitiana, quando os rebeldes negros ainda lutavam ao lado dos espanhóis contra os franceses. O argumento do governador atesta a importância da função futura da condecoração: “Uma vez que as medalhas cheguem, entregarei uma delas a esse bom negro, a fim de forçá-lo ainda mais à subordinação e à lealdade, e a inspirar nele sentimentos de amor e cega obediência”.¹² Como teorizado pelo antropólogo Marcel Mauss cento e trinta anos depois, um presente possui um poder quase mágico que transcende o espiritual e o material, envolvendo a honra tanto de quem doa quanto de quem recebe, criando um vínculo social entre os dois e uma dívida que o receptor tem que pagar (Mauss, 1954).

Do ponto de vista do rei, era especialmente importante atrair as obrigações de indivíduos como Louverture, que desfrutavam do respeito e da lealdade de muitos seguidores. Dessa forma, uma distinção oferecida pela Coroa poderia “comprar” a lealdade de centenas. Quando Morillo informou o Conselho das Índias sobre a condecoração do cacique Núñez, a frase “ele usou ... o poder que exerce sobre aqueles de sua classe e o resto dessas terras, que o respeitam e o consideram grande” carregava um significado político pesado. Estava em jogo não só a futura lealdade do próprio cacique, mas também, e mais importante, o apoio dos índios e das classes populares em geral à causa monárquica.

Para que as condecorações funcionassem da maneira pretendida pelos representantes do rei, era vital que os destinatários as apreciassem. Há muitas indicações de que as condecorações foram cobiçadas. Nos

12 Joaquín García, governador de São Domingos, ao duque de Alcudia, 3 de janeiro de 1794, AGI, Estado 14, documento 89, fol. 2v.

Andes, na época das guerras da independência, em que a concessão de medalhas de ouro aos soldados indígenas que lutavam pela monarquia era tão difundida que o termo “índio amedalhado” tornou-se sinônimo de indígena monarquista, casos registrados pelo soldado José Santos Vargas em seu diário demonstra o valor atribuído às condecorações. Ele conta a história de um índio que aceitou de bom grado que sua mãe fosse executada por ajudar os republicanos em troca de ser premiado com uma medalha do rei (Santos Vargas; Mendoza L., 1982, p.180).

O próprio Fernando VII e muitos de seus ministros e generais do mais alto escalão estavam convencidos de que as condecorações eram eficazes para fomentar o apoio e a lealdade popular. No final do século XVIII e no início do século XIX, eles introduziram uma série de novas distinções. Um deles foi a Real Ordem Americana de Isabel a Católica. Representava uma notável e incomum mistura de tradição hispânica e inovação iluminista. Na história ibérica medieval, as ordens religiosas, militares e civis tiveram uma importância extraordinária. As ordens de San Juan, Calatrava, Santiago, Montesa e Alcántara foram cruciais tanto na Reconquista quanto nas Cruzadas, processos que as converteram em grandes comunidades de proprietários de terra e empresas militares e religiosas virtuais, governadas por um mestre e apoiadas por um conselho supremo, com ampla autonomia militar, comercial, agrícola e religiosa.

Durante o século XVI, no entanto, as ordens espanholas foram profundamente reformadas. A cavalaria perdeu importância relativa para a artilharia e a infantaria. Os reis, especialmente na Espanha, adquiriram mais poder, enquanto a nobreza subordinava-se à Coroa. O rei gradualmente tornou-se o grande mestre de todas as ordens importantes, o que significava que os cavaleiros eram agora vassallos diretos do monarca e tinham que jurar lealdade a ele. Simultaneamente, as ordens perderam terras para a Coroa ou para a Igreja. Na Espanha, as ordens de cavalaria medievais mantiveram seus nomes, e nenhuma nova ordem dinástica foi instituída até o final do século XVIII. A importância da pureza de sangue e da linhagem nobre, bem como uma vida de serviço à Coroa, de preferência perto da corte, tornou-se mais importante do que a

experiência em guerra e conquista. Embora sua importância econômica e militar fosse reduzida, e a vida cavaleiresca fosse moralizada em um conjunto de normas aceitáveis para a Igreja, alguns historiadores argumentaram que os ideais de cavalaria sobreviveram por mais tempo na Península Ibérica do que em outras partes da Europa. Pelo menos os remanescentes de um ethos nobre permaneceram; incluía cortesia (especialmente em relação às damas), habilidades equestres e de caça, o manejo adequado de uma espada, coragem, generosidade, o caráter obrigatório do juramento, lealdade ao senhor (que agora significava lealdade ao rei), e a insistência na ideia de que essa honra de cavalaria era mais valiosa do que a própria vida (Ceballos-Escalera y Gila; Garcia-Mercadal y García-Loygorri, 2003, p.50-69; Keen, 1984, p.238-253; Rodríguez Velasco, 2010).

As ordens reais instituídas durante os primeiros anos do seu reinado atestam a importância que Fernando VII lhes atribuiu. E ele não estava sozinho. Governantes europeus e americanos contemporâneos, republicanos e monarquistas, estabeleceram novas ordens e condecorações para instilar patriotismo e obediência, e pareciam ter pouca dúvida sobre sua eficácia. O renascimento das ordens honoríficas no século XVIII também foi estimulado pela discussão erudita entre os filósofos contemporâneos sobre sistemas de recompensas e punições. Pensadores iluministas como Giacinto Dragonetti e o marquês de Beccaria na Itália, Abbé Sieyès na França e Jeremy Bentham na Inglaterra, todos eles cogitaram estabelecer códigos de distinção sistemáticos e racionais para recompensar o mérito individual extraordinário. Novos sistemas substituiriam as antigas ordens dinásticas, que, ao defender um sistema de privilégios hereditários, promoviam a vaidade e a corrupção, e não a virtude e o verdadeiro patriotismo (Bruni, 2013; Dijn, 2008; Borges da Silva, 2014; Ihl, 2006). Ideias como essas também foram apresentadas na Espanha, entre outros, por Manuel de Godoy, Ramón de Dou e de Bassols e José Cangas Argüelles (Ceballos-Escalera e Gila; García-Mercadal e García-Loygorri, 2003, p.42-43). Artola Renedo, 2016). Os novos pedidos seriam socialmente inclusivos, não limitados a determinados grupos corporativos. Reivindicações hereditárias não seriam

consideradas e os destinatários não poderiam simplesmente comprar uma distinção sem comprovar mérito individual e virtude patriótica.

Quando Napoleão Bonaparte, na qualidade de primeiro cônsul, fundou a famosa Legião de Honra na França, esta foi recebida inicialmente com ceticismo, sobretudo pelos elementos mais radicais do Conselho de Estado, que argumentavam ser ela muito parecida com as condecorações do Antigo Regime as quais apenas fomentavam a busca de vaidade superficial. No entanto, em 1802, a Legião foi aprovada por 14 votos a 10, depois de o próprio Napoleão ter argumentado fortemente a favor das distinções. Quando o ministro da Guerra, Louis-Alexandre Bethier, alegou que elas violavam o princípio da igualdade e que pareciam os guizos ou enfeites (*hochets*) da antiga monarquia, Napoleão respondeu, numa declaração célebre: “Mostrem-me uma república, antiga ou moderna, que tenha funcionado sem distinções. Vocês as chamam de enfeites, bem ... os homens são conduzidos com enfeites”. Foi nessa ocasião que ele fez uma afirmação que raramente é citada:

Eu não diria isso em público, mas em uma assembleia de sábios estadistas deve ser dito. Eu não acho que os franceses amem a liberdade e a igualdade: dez anos de revolução não transformaram os franceses — eles são o que os gauleses eram, ferozes e volúveis. Eles têm um sentimento: honra. Precisamos nutrir esse sentimento. As pessoas clamam por distinção. Vejam como a multidão está impressionada com as medalhas e ordens usadas pelos diplomatas estrangeiros. Precisamos recriar essas distinções. Houve muita destruição; devemos reconstruir. Sim existe um governo e poder, mas e a própria nação? O que é isso? Grãos de areia espalhados (Roberts, 2014, p.350).

No entanto, havia diferenças fundamentais entre as ordens monárquicas francesas e a nova ordem de Napoleão. A Legião de Honra pretendia ser uma demonstração visível de virtude patriótica e republicana, baseada apenas no mérito individual, aberta a qualquer cidadão, independentemente de nascimento e posto, enquanto a maioria das antigas ordens havia sido reservada para a nobreza e os oficiais militares. De

acordo com Michael J. Hughes, a Legião representou o triunfo de uma nova honra patriótica baseada no mérito e na lealdade ao imperador em relação à antiga busca por um status nobre, privilégio e glória (Hughes, 2012, p.61-69).

A NOVA REAL ORDEM AMERICANA DE ISABEL A CATÓLICA

Na Espanha e na América espanhola, republicanos e monarquistas seguiram o mesmo caminho. Simón Bolívar copiou Napoleão em outubro de 1813, quando instituiu a Ordem do Libertador.¹³ Poucos meses depois, quando Fernando VII retornou de seu cativeiro na França, uma de suas primeiras ações foi instituir a Real Ordem Americana de Isabel a Católica para recompensar “a mais purificada e refinada lealdade e mérito na defesa e conservação desses vastos domínios (americanos)” (Ceballos-Escalera y Gila; Garcia-Mercadal y García-Loygorri, 2003, p.338-339).¹⁴

Embora o rei tenha se interessado pessoalmente por condecorações desse tipo, a ideia inicial de uma nova ordem americana veio de baixo. Foi o jovem oficial liberal Pedro Francisco Goossens y Ponce de León, que durante a segunda metade de 1814 sugeriu ao seu superior, o ministro do Conselho das Índias Miguel de Lardizabal, a criação de uma ordem exclusivamente baseada no mérito individual (Ceballos-Escalera

13 “Decreto de institución de la Orden de los Libertadores de Venezuela, dictado por Bolívar en Caracas, el 22 de octubre de 1813”, <http://www.archivodellibertador.gob.ve/escritos/buscador/spip.php?article10408> (Acesso: 19 de outubro de 2016).

14 Esta não foi a única nova ordem e distinção honorífica que Fernando VII criou imediatamente após seu retorno da França. O autor anônimo de *Noticia de las Ordenes de Caballería de España, cruces y medallas de distinción*, publicada em 1815 apenas um ano após o retorno de Fernando VII, tentou listar todas as ordens, cruces e medalhas que então existiam na Espanha. Ele relacionou 11 ordens, das quais seis eram medievais, duas datadas do final do século XVIII, e três novas, instituídas no curto reinado de Fernando VII. Além disso, o monarca criou pelo menos 15 medalhas e cruces fora das ordens a serem conferidas principalmente aos heróis da Guerra Peninsular. (*Noticia de las órdenes de caballería de España, cruces y medallas de distinción, con estampas*. Madri: Imprenta de Collado, 1815.)

y Gila, 2015, p.51-53).¹⁵ Para começar, não sabemos o que inspirou Goossens a fazer a sugestão. Ele pode ter se inspirado no exemplo francês, pois tinha fortes ligações com a França e os *afrancesados* na Espanha, tanto pessoalmente como por meio de sua família, que possuía uma importante casa comercial baseada em Bilbao (Rodríguez de Maribona e Dávila; Floresta, 2007- 2008). Acontecimentos no exterior evidentemente desempenharam um papel. Ganhar a lealdade da população era obviamente um objetivo importante em tempos de guerra, e pode não ser coincidência que a Ordem de Isabel tenha sido estabelecida logo após a Ordem do Libertador. Contudo, as fontes monarquistas consultadas para este artigo deram pouca atenção à ordem de Bolívar.

Nem o rei nem os notáveis que foram designados para servir na primeira Assembleia Suprema da Ordem estavam preparados para tornar a ordem tão socialmente inclusiva e meritocrática quanto Goossens havia imaginado. O princípio iluminista do mérito individual entraria em conflito, desde o início, com as visões tradicionais sobre posição social. De março de 1814 até a segunda publicação da constituição da ordem em outubro de 1816, houve várias discussões entre o rei, seus ministros e os membros da Assembleia Suprema sobre se os índios ou castas eram elegíveis para as classes mais altas da nova ordem. Que eles pudessem receber medalhas estava fora de discussão. Segundo uma primeira versão manuscrita de sua constituição, a ordem incluiria três classes: Grã-Cruz, Cruz da Primeira Ordem e Cruz da Segunda Ordem. As duas últimas podiam ser premiadas em ouro ou em prata. O artigo 6 da versão manuscrita afirmava que apenas os brancos e os indígenas podiam receber as cruces em ouro, enquanto as castas só podiam receber as cruces de prata e nunca a Grã-Cruz.¹⁶ Sua fundamentação seguia claramente uma tradição colonial de longa data na América Espanhola de

15 Ver também “Libro primero de Asambleas de la Real Orden Americana de Isabel la Católica que dió por principio en 29 de Mayo de 1815, y concluyó en 25 de Noviembre de 1846” (doravante Libro primero), AHN, Ministerio de Asuntos Exteriores (doravante MAE), C. – Livro 226, fols. 43v-45v.

16 Miguel de Lardizabal a Francisco Tadeo Colomarde, AHN, MAE, maço 13.

reconhecer, pelo menos às vezes, os aristocratas indígenas como nobres enquanto consideravam a herança africana um obstáculo insuperável à nobreza (Earle, 2016; Quintero Montiel, 2010; Helg, 2004, p.91-97; Lasso, 2007, p.19-43). Em uma das primeiras reuniões da Assembleia Suprema, em 8 de junho de 1815, cada um dos artigos da constituição foi amplamente discutido, e os membros do conselho concordaram em sugerir algumas modificações na redação deles.¹⁷

O objetivo geral, ao que parece, era garantir o prestígio da Ordem e, simultaneamente, simplificá-la, reduzindo o número de postos. A assembleia propôs que a Ordem incluísse a Grã- Cruz, o Comendador (e não a Cruz da Primeira Ordem) e o Cavalheiro (ao invés da Cruz da Segunda Ordem), e que a insígnia dos três fosse de ouro. Isso, argumentou a assembleia, “juntamente com a exclusão das castas, faria a ordem brilhar mais”.¹⁸ Ainda existia, em outras palavras, uma preocupação de que, se as castas recebessem as hierarquias mais altas da ordem, seu prestígio seria minado. Em vez disso, argumentou a assembleia, os negros e mestiços que merecessem uma distinção honorífica deveriam receber uma medalha de ouro encravada no busto de Fernando VII. A mesma medalha também poderia ser dada aos soldados de nível inferior (cabos, sargentos, tocadores de tambor e corneteiros), e se eles não fossem *castas*, receberiam medalhas com uma coroa de louros. Este sistema racializado de classificação prevaleceu e foi incluído nas primeiras versões publicadas da constituição da Ordem.¹⁹

17 Libro primero, fol. 4r-5v, AHN, MAE.

18 Libro primero, fol. 4v, AHN, MAE. A descrição das medalhas de ouro apresentada pela assembleia em junho de 1815 parece coincidir com as descrições das medalhas que Morillo trouxera consigo meses antes e que haviam sido perdidas com o San Pedro de Alcántara, em 24 de abril de 1815. Embora não seja mencionada explicitamente nas fontes, é possível que a reestruturação das distinções da assembleia tenha sido motivada pela necessidade de cortar custos. Nenhuma medalha ou cruces teria que ser cunhada em prata, e as medalhas usadas para castas e soldados de um tipo seriam as mesmas que já haviam sido feitas e enviadas para as Américas.

19 *Institución de la Real Orden Americana de Isabel la Católica*, 1815; *Constituciones de la Real Orden Americana de Isabel la Católica, instituida por el Rey nuestro Señor en 24 de marzo de 1815*, 1816.

A Real Ordem Americana de Isabel a Católica passou então a representar uma estranha mistura de meritocracia esclarecida e valores sociais conservadores. Embora a constituição declarasse explicitamente que estaria aberta a qualquer assunto e que os beneficiários não precisavam comprovar sua nobreza, a ordem mantinha um sistema de classificação para assegurar que as distinções individuais concedidas a negros, mestiços e castas em geral não perturbassem a hierarquia social dos domínios espanhóis. Assim, a nova Ordem de Isabel a Católica, de maneira um tanto paradoxal, incorporou o novo ideal do mérito individual e reforçou as hierarquias sociais e raciais do sistema colonial espanhol nas Américas. Depois de obter o apoio do rei para a constituição da ordem, a Assembleia Geral prestou pouca atenção às medalhas, que foram concedidas localmente e em alguns casos com bastante liberalidade. Em vez disso, os membros se reuniam regularmente (várias vezes por mês) para discutir pedidos de Grã-Cruz, Comendador e Cavaleiro. Várias centenas dessas distinções foram concedidas durante os primeiros anos. Na prática, os dilemas de raça e posição social não incomodaram muito a assembleia. A maioria das cruces foi, de qualquer forma, concedida a vice-reis, almirantes, generais, arcebispos e ministros, ou seja, membros mais ou menos leais dos mais altos escalões das hierarquias militar, civil e eclesiástica da Espanha e da América Espanhola. A questão da raça não entrou na discussão nesses casos (Ceballos-Escalera y Gila, 2015).

Entretanto, pelo menos dois outros índios além do cacique de Mamatoco foram considerados naqueles anos, o conde de Moctezuma e o marquês de Oropesa. Respectivamente descendentes do último governante asteca e da dinastia inca, ambos se estabeleceram na Espanha e lá foram educados em escolas de prestígio. Inquestionavelmente considerados nobres, em ambos os casos a Assembleia Suprema achou que eles eram dignos da Grande Cruz. No entanto, o próprio rei negou seus pedidos, possivelmente temendo que fossem potenciais pretendentes aos tronos de reinos americanos independentes; qualquer coisa que pudesse reforçar sua posição social e política era muito arriscada.²⁰ No

20 Libro primero, fol. 108r, AHN, MAE. Ver também CEBALLOS-ESCALERA Y GILA, 2015, p.82.

caso do único candidato afrodescendente daqueles anos que encontramos, as opiniões foram invertidas. A Assembleia Suprema argumentou que José Nicasio Gallego, comandante de um esquadrão da Real Milícia de Negros em Caracas, não poderia se tornar um *caballero* devido à sua “qualidade”. No entanto, o rei pensou o contrário, concedeu uma dispensa e ordenou que ele recebesse o prêmio.²¹ Junto com Antonio Núñez, o capitão pardo da milícia foi a exceção excepcional entre todos os *agraciados*, e ambos deviam suas distinções ao que parece ter sido uma intervenção pessoal do próprio rei e não da aristocrática Assembleia Suprema.

Condecorações na nova Ordem Americana de Isabel a Católica foram extremamente cobiçadas, como pode ser averiguado pela disposição dos beneficiários em pagar pela insígnia. Apenas em circunstâncias excepcionais os *agraciados* ficaram isentos do pagamento da taxa. Eles não eram autorizados a usar a insígnia nem usar os títulos associados à Ordem, até que a taxa fosse paga. O custo era considerável. A Grã-Cruz equivalia normalmente a 11.000 reais de *vellón* (4.400 reais de prata/550 pesos), a cruz de um Comendador a 4.400 reais de *vellón* (1760 reais de prata/220 pesos) e a cruz de um Cavaleiro a 3.600 reais de *vellón* (1440 reais de prata/180 pesos).²² Considerando que o salário anual do governador em Santa Marta era de 2.000 pesos, o do tesoureiro de 750 pesos e que um escravo adulto normalmente custava cerca de 250 pesos, as quantias exigidas para a insígnia eram exorbitantes.²³ No entanto, a maioria dos beneficiários pagou voluntariamente, embora alguns — pelo menos no início — tenham solicitado isenções. As taxas cobradas parecem ter gerado um pequeno excedente para a Coroa, embora este nunca tenha sido o principal motivo para instituir a ordem. A Assembleia Suprema entendeu que não poderia contar com financiamento de outras fontes para a administração da ordem, de modo que o número

21 Libro primero, fols. 176r e 179v, AHN, MAE.

22 AHN, MAE_C, L. 328 é o primeiro livro de contabilidade da ordem com registros das taxas pagas pelos *agraciados*.

23 Tanteos y cortes de la Real Hacienda de Santa Marta. AGI, Santa Fe 1207.

de cruzamentos oferecidos a súditos que não puderam pagar as taxas deveria ser reduzido ao mínimo. Cada isenção poderia estabelecer um precedente perigoso.²⁴

A tendência geral de condecorar os oficiais e funcionários mais graduados também foi observada localmente em Santa Marta. O governador Ruíz de Porras foi condecorado com a Cruz de Comendador pela Assembleia Suprema em 29 de agosto de 1815, enquanto Pablo Morillo, seu imediato, o marechal de campo Pascual Enrile, e o capitão-general Francisco Montalvo foram distinguidos com a Grã-Cruz em 6 de maio de 1816.²⁵ As distinções na nova Real Ordem Americana de Isabel a Católica foram altamente cobiçadas, e nem todos os pedidos foram concedidos, mesmo quando a condição social e a qualidade racial dos candidatos eram inquestionáveis. A Assembleia Suprema aconselhou friamente em 1817 a notáveis locais como Esteban Díaz Granados (ouvidor honorário de Santa Fé) e Silvestre Díaz Granados (capitão da milícia em Santa Marta) a dirigirem suas petições a uma assembleia provincial da ordem (que, de fato, parece nunca ter sido estabelecida). Isso pode ter acontecido porque os membros da extensa e influente família Díaz Granados em Santa Marta eram suspeitos de apoiar secretamente os insurgentes.²⁶ Logo depois, o colégio de clérigos do bispado de Santa Marta solicitou coletivamente ao Conselho das Índias para lhe ser conferida a Cruz de Comendador da Ordem. Essa solicitação foi recebida com zombaria explícita pelo *fiscal*, que alegou que os serviços dos religiosos durante a guerra foram “óbvios, triviais e comuns”, em outras palavras, completamente sem mérito.²⁷ Em outras palavras, nem a posição social nem a disposição para pagar foram suficientes para obter distinções na nova ordem; eram necessários pelo menos algum grau de lealdade e serviço excepcional.

24 Libro primero, fols. 11v-13v, AHN, MAE.

25 Libro primero, fols. 15r-18r, AHN, MAE.

26 Libro primero, fol. 85r, AHN, MAE. Para maiores informações sobre a família Díaz Granados, ver SAETHER, 2005a, p.54-60.

27 Santa Fe 549, AGI.

COMO A CRUZ DE ÍSABEL A CATÓLICA FOI CONFERIDA AO CACIQUE

Dada a natureza socialmente exclusiva da ordem, como podemos explicar que Antonio Núñez, cacique de Mamatoco, tenha sido ungido cavaleiro? Afinal, ao contrário da maioria dos destinatários, ele não se candidatara. Nem Morillo, Montalvo nem Ruiz de Porras sugeriram que ele deveria receber algo além da medalha de ouro e do diploma. Não é conhecido nenhum outro caso de notáveis indígenas recebendo a ordem naqueles anos. Os documentos depositados no Arquivo Histórico Nacional em Madri e no Arquivo Geral das Índias, em Sevilha, infelizmente, fornecem apenas algumas pistas para a surpreendente decisão de condecorar Nuñez. Sabemos que a segunda câmara do Conselho das Índias discutiu a condecoração de Morú em Núñez em 3 e 21 de fevereiro de 1816. O fiscal que preparou o caso propôs que o Conselho não apenas confirmasse a condecoração feita por Morillo, mas também que o filho do cacique, Juan José, fosse condecorado com uma medalha de prata e o direito de herdar o cacicado de seu pai. Os ministros foram ainda mais longe. Eles argumentaram que Núñez não só havia assegurado a importante cidade de Santa Marta para a causa monárquica, mais que isso, por sua vez, possibilitara o subsequente cerco de Cartagena a Morillo e a reconquista de todo o vice-reinado. Na opinião deles, portanto, o filho de Antonio deveria receber a medalha de ouro, enquanto o próprio cacique deveria receber o posto e o salário do capitão do exército, além da cruz da recém-estabelecida Ordem de Isabel a Católica. Dessa maneira, os ministros do Conselho das Índias recomendaram que o cacique fosse enobrecido. O rei, então, confirmou essa recomendação.²⁸

É razoável supor que um dos membros do Conselho das Índias tenha pressionado pela condecoração do cacique em 1816. Como as opiniões individuais dos ministros não são registradas, os documentos do conselho não indicam quem defendeu o cacique. Dos seis membros do

28 Santa Fe 549 e Santa Fe 1201, AGI.

conselho que estiveram presentes nas reuniões em fevereiro de 1816 — Francisco Requena, Francisco Xavier de la Vega, Cayetano Urbina, Joaquim de Mosquera, Manuel María Junco, Mariano González de Mercante —, apenas dois parecem ter conhecimento e interesse em assuntos pertinentes à Nova Granada, Francisco Requena e Joaquín Mosquera y Figueroa. Destes, Mosquera parece ter desempenhado um papel particularmente interessante. No início de 1816, ele não estava apenas servindo no Conselho das Índias, como também acumulava os cargos de secretário e de fiscal da Real Ordem Americana de Isabel a Católica, tendo assim um conhecimento profundo da ordem e de como funcionavam os processos de distinções. Curiosamente, a Assembleia Suprema da Ordem nunca discutiu a distinção concedida ao cacique. Foi somente em 13 de outubro de 1820 que a assembleia foi formalmente informada de que o título de *caballero* havia sido concedido a Antonio (ou Antonino) Núñez pelo rei em 1816, seguindo a recomendação do Conselho das Índias. Portanto, de acordo com as atas, não havia necessidade de informar o rei. A assembleia também concordou que o título deveria ser emitido sem os honorários costumeiros e enviado a Morillo para que ele pudesse apresentá-lo ao cacique.²⁹

Não havia nada propriamente ilegal nesses procedimentos. De acordo com a constituição da ordem, o rei tinha o direito de conferir cruzes sem consultar a Assembleia Suprema, o que ele fez em várias ocasiões. No entanto, dadas as preocupações da assembleia em relação ao prestígio da ordem e sua relutância em isentar os destinatários de pagar as taxas elevadas, é possível que Mosquera tenha usado sua dupla influência, primeiro no Conselho das Índias e depois na Assembleia Suprema, para conceder um favor incomum para o cacique de Mamatoco. No entanto, os documentos não revelam nada sobre o que o motivou.

Nos documentos relativos à condecoração do cacique, não há cartas de sua autoria nem referências a pedidos seus. Ao contrário da maioria dos destinatários, parece que ele nunca pediu a distinção em primeiro lugar, nem para uma isenção das taxas, a menos que tenha mantido

²⁹ Libro primero, AHN, MAE, fol. 109r.

correspondência privada com Mosquera. Isso significa que temos evidências limitadas com base nas quais podemos considerar se ele realmente cobiçou o título. Dispomos, no entanto, de uma carta de 1818 escrita pelo protetor de índios de Santa Marta em nome do cacique e do cabildo de Mamatoco, enviada pelo governador de Santa Marta ao Conselho das Índias, na qual é solicitada uma redução do tributo anual de quatro para dois pesos por indígena do sexo masculino entre 18 e 50 anos. Esse pedido foi imediatamente atendido à luz dos serviços oferecidos no passado; o conselho pretendia explicitamente que os índios ficassem “impressionados com a bondade e a generosidade de Sua Majestade”.³⁰ Talvez o cacique considerasse a isenção parcial de tributo um prêmio mais útil do que um título e uma participação na ordem muito exclusiva de Isabel a Católica.

De 1813 a 1820, as cidades indígenas em torno de Santa Marta, representadas por Antonio Núñez, aparentemente alimentaram uma aliança estratégica com autoridades reais peninsulares. Em troca do apoio militar e político dos índios, os representantes da Coroa ofereciam recompensas simbólicas e materiais, entre outras a condecoração e a concessão de status de nobre ao cacique. Isso, no entanto, não significou necessariamente que o cacique ou os índios pagadores de tributos em geral se comprometeram com monarquistas.

Contudo, alguns comentaristas contemporâneos pareciam não pensar assim. José Manuel Restrepo, ministro do Interior e das Relações Exteriores na década de 1820 e autor de um livro de sete volumes sobre a história da revolução na Colômbia, escreveu que a motivação do cacique, em março de 1813, era apenas libertar um amigo preso por Labatut.³¹ Luis Capella Toledo, o conhecido autor de *Leyendas históricas*, escreveu várias décadas depois o artigo intitulado “Bolívar e o último cacique” (Capella Toledo, 1885). Embora os limites entre ficção e realidade sejam deliberadamente obscuros nos textos de Capella, e apesar

30 Consulta de sala segunda de 27 de junio de 1818, Santa Fe 1178, AGI.

31 RESTREPO, José Manuel. *Historia de la revolución de la república de Colombia en la América Meridional*. Besanzon: J. Jacquin, 1858. vol. 3. p.262.

do final da história ser bastante fantasioso, o autor pode ter captado, se não os verdadeiros sentimentos de Antonio Núñez, pelo menos a impressão contemporânea corrente que se tinha deles em Santa Marta.³² A cerimônia de condecoração de Morillo nas praias de Santa Marta em 1815 foi, segundo Capella, apenas um espetáculo para manter o entusiasmo popular, “pois é sabido que o cacique de Mamatoco não era monarquista”. Capella explica que “o cacique Núñez achou apenas que os nativos deveriam ter a intenção de reconquistar as terras roubadas deles, mas não simpatizou com a causa do rei nem com a República, porque ambos os deserhariam de seus direitos legítimos” (Capella Toledo, 1885, vol. 3, p.24). O argumento de Capella, assim, antecipa visões subalter-nistas sobre o período da independência, como as propostas por Eric Van Young e Peter Guardino para o caso do México durante o mesmo período (Van Young, 2001; Guardino, 2005; 1996). O engajamento indígena durante as guerras de independência da América Latina não pode ser entendido simplesmente como monarquista ou republicano. Condecorações reais envolvendo medalhas, diplomas e ordens devem ser interpretadas com cuidado, e podem não refletir os sentimentos políticos nem as lealdades dos beneficiários.

No entanto, as condecorações ainda são importantes e úteis para os historiadores, pois faziam parte de uma guerra de símbolos que republicanos e monarquistas consideravam uma arma útil e eficaz no conflito. Condecorar soldados e civis com medalhas, diplomas, títulos honoríficos e participação em ordens exclusivas não foi um fenômeno novo nas guerras do final do século XVIII e do início do século XIX. No entanto, novas ideias de esclarecimento sobre punição e recompensas foram adotadas de maneiras ligeiramente diferentes tanto pelos regimes republicanos quanto pelos monarquistas. Para os olhos modernos, pode ser difícil apreciar o sentido e a significação simbólicos das condecorações

32 Esse artigo, como a maioria das “lendas” de Capella Toledo, foi provavelmente publicado em um periódico antes de ser lançado na edição de 1885 de suas *Leyendas históricas*. Muitos dos comentaristas na época compararam seu trabalho com o de Ricardo Palma no Peru. No prólogo do terceiro volume de *Leyendas*, Luis Capella Toledo escreveu ambigualmente sobre a sua relação com a história (CAPPELLA TOLEDO, 1885, p.vx-vxi).

e das demonstrações muito públicas das quais eles faziam parte. Nas sociedades do Antigo Regime, as roupas e as condecorações eram manifestações exteriores, diretas e físicas de status e posição. Como Restrepo observou na ocasião: “Morillo, para impressionar a população local, organizou vários desfiles ostentatórios de inspeção de suas tropas... E para manter o entusiasmo popular, premiou os monarquistas que mais se distinguiram [entre eles]... o cacique de Mamatoco”.³³

Esse uso estratégico de condecorações com exposições públicas em cerimônias elaboradas, desfiles militares, rituais Te Deums e festividades cívicas procurava cooptar líderes locais influentes para a causa monárquica e promover a futura lealdade de seus apoiadores. Embora seja difícil avaliar a eficácia dessa guerra simbólica, é pelo menos claro que alguns oficiais espanhóis de alto escalão e muito provavelmente o próprio rei acreditavam que as condecorações, distinções e recompensas honoríficas eram essenciais para manter o apoio popular à monarquia. A maioria dos beneficiários pagou, com entusiasmo, taxas muito substanciais pelo direito de portar a insígnia e usar os títulos. No entanto, alguns deles não eram atores apaixonados neste teatro de distinção. Na história de Capella, o cacique caminha até a cidade de Santa Marta e compra roupas decentes para vestir durante a cerimônia de condecoração. Após a cerimônia, ele se sente humilhado. Temendo as reações de seu povo, deixa as roupas novas e as condecorações na antiga alfândega. O ponto culminante da história ocorre 27 anos depois, quando o corpo defunto de Simón Bolívar é vestido com as mesmas roupas compradas e usadas pelo último cacique para a sua condecoração pelo archi-inimigo de Bolívar, Pablo Morillo.

AGRADECIMENTOS

Versões anteriores foram apresentadas no seminário “A 200 años de la reconquista española”, Biblioteca del Banco de la República, Santa Marta (Colômbia), setembro de 2015; na conferência “Popular Royalism in the

33 RESTREPO, José Manuel. *Historia de la revolución de la república de Colombia en la América Meridional*. Besanzon: J. Jacquin, 1858. vol. 1. p.350.

Revolutionary Atlantic World”, Universidade de Yale, outubro de 2016; e na conferência “El Bicentenario de la Independencia de Colombia 2019 y los retos de la celebración”, Academia Colombiana de Historia e Archivo General de la Nación, junho de 2018. O autor agradece por todos os comentários recebidos.

Tradução da língua inglesa para a língua portuguesa:

Sérgio Lamarão

slamarao@hotmail.com

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARTOLA RENEDO, Andoni. L'Europe des honneurs. Décorations et légitimité à l'époque des restaurations. Un regard depuis l'Espagne. *Siècles* [online], vol. 43, 2016, publicado online 19 de outubro de 2016, consultado em 11 de maio de 2018. URL: <http://journals.openedition.org/siecles/3048>.
- BORGES DA SILVA, Camila. Military Orders in Nineteenth-Century Brazil: Portuguese Tradition, the Holy See, and the Independent Nation. *The Americas*, vol. 71, n. 1, p.71-99, 2014.
- BRUNI, Luigino. On Virtues and Awards: Giacinto Dragonetti and the Tradition of Economia Civile in Enlightenment Italy. *Journal of the History of Economic Thought*, vol. 35, n. 4, p.517-535, 2013.
- CAPELLA TOLEDO, Luis. Bolívar y el último cacique. In: CAPELLA TOLEDO, Luis (ed.). *Leyendas históricas*. vol. 3. Bogotá: La Luz, 1885. p.23-26.
- CEBALLOS-ESCALERA Y GILA, Alfonso de. *La Real y Americana Orden de Isabel la Católica, 1815-2015*. Madrid: Boletín Oficial del Estado, 2015.
- CEBALLOS-ESCALERA Y GILA, Alfonso de; GARCÍA-MERCADAL Y GARCÍA-LOYGORRI, Feranndo. *Las órdenes y condecoraciones civiles del reino de España*. Madri: Boletín Oficial del Estado, 2003.
- DIJN, Annelien de. *French Political Thought from Montesquieu to Tocqueville: Liberty in a Levelled Society?* Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

- EARLE, Rebecca A. *España y la Independencia de Colombia*. Bogotá: Banco de la República/ Universidad de los Andes, 2014.
- EARLE, Rebecca A. The Pleasures of Taxonomy: Casta Paintings, Classification, and Colonialism. *The William and Mary Quarterly*, vol. 73, n. 3, p.427-466, 2016.
- ECHEVERRI, Marcela. Popular Royalists, Empire, and Politics in Southwestern New Granada, 1809-1819. *Hispanic American Historical Review*, vol. 91, n. 2, p.237-269, 2011.
- GUARDINO, Peter. *Peasants, Politics, and the Formation of Mexico's National State: Guerrero, 1800-1857*. Stanford: Stanford University Press, 1996.
- GUARDINO, Peter. *The Time of Liberty: Popular Political Culture in Oaxaca, 1750-1850*. Durham, N.C.: Duke University Press, 2005.
- GUERRA, François-Xavier. *Modernidad e independencias*. Ensayos sobre las revoluciones hispánicas. Mexico: Fondo de la Cultura Económica, 1993.
- HELG, Aline. *Liberty and Equality in Caribbean Colombia, 1770-1835*. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2004.
- HUGHES, Michael J. *Forging Napoleon's Grande Armée: Motivation, Military Culture, and Masculinity in the French Army, 1800-1808*. Nova York: New York University Press, 2012.
- IHL, Olivier. Hiérarchiser des égaux: Les distinctions honorifiques sous la Révolution française. *Revue Française d'Histoire des Idées Politiques*, n. 23, p.35-53, 2006.
- IHL, Olivier. *Le Mérite et la République*. Essai sur la société des émules. Paris: Gallimard NRF, 2007.
- KEEN, Maurice. *Chivalry*. New Haven: Yale University Press, 1984.
- LABATUT, André. Pedro Labatut, général de l'armée brésilienne (1776-1849). *Généalogie et histoire de la Caraïbe*, vol. 87, p.1786-1789, 1996.
- LASSO, Marixa. *Myths of Harmony: Race and Republicanism during the Age of Revolution, Colombia 1795-1831*. Pittsburgh, PA: University of Pittsburgh Press, 2007.
- MAUSS, Marcel. *The Gift: Forms and Functions of Exchange in Archaic Societies*. Glencoe, Illinois: Free press, 1954. [ed. bras. Ensaio sobre a dádiva. Forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. In : _____. *Sociologia e Antropologia*. v. II. São Paulo: Edusp, 1974.]

- MCFARLANE, Anthony. *War and Independence in Spanish America*. Nova York: Routledge, 2014.
- QUINTERO MONTIEL, Inés. El dilema de los pardos. Contradicciones y limitaciones para el ejercicio de la igualdad política (Cádiz y Venezuela, 1810-1812). *Histórica*, vol. 34, n. 1, p.39-64, 2010.
- RESTREPO TIRADO, Ernesto. *Historia de la Provincia de Santa Marta*. Bogotá: Colcultura, 1976.
- ROBERTS, Andrew. *Napoleon: A Life*. Nova York: Penguin Books, 2014.
- RODRÍGUEZ DE MARIBONA Y DÁVILA, Manuel María; Marqués de la FLORESTA. El linaje de Goossens en España. *Annales de Cinquante-naire*, vol. III, p.171-190, 2007-2008.
- RODRÍGUEZ VELASCO, Jesús D. *Order and Chivalry: Knighthood and Citizenship in Late Medieval Castile*. Filadélfia: University of Pennsylvania Press, 2010.
- SAETHER, Steinar A. *Identidades e independencia en Santa Marta and Riohacha, 1750-1850*. Bogotá: Instituto colombiano de antropología e historia (ICANH), 2005a.
- SAETHER, Steinar A. Independence and The Redefinition of Indianness around Santa Marta, Colombia, 1750-1850. *Journal of Latin American Studies*, vol. 37, n. 1, p.55-80, 2005b.
- SANTOS VARGAS, José; MENDOZA L., Gunnar. *Diario de un comandante de la independencia americana, 1814-1825*. México, D.F.: Siglo Veintiuno, 1982.
- SOURDIS, Adelaida. Ruptura del estado colonial y tránsito hacia la república 1800-1850. In: ROCA, Adolfo Meisel (ed.). *Historia económica y social del Caribe colombiano*. Bogotá: Ediciones Uninorte/ ECOE, 1994. p.155-228.
- VAN YOUNG, Eric. *The Other Rebellion: Popular Violence, Ideology, and the Mexican Struggle for Independence, 1810-1821*. Stanford: Stanford University Press, 2001.
- VILORIA DE LA HOZ, Joaquín Rafael. La Independencia en la provincia de Santa Marta: implicaciones económicas y políticas durante un período turbulento. *Revista del Banco de la República*, vol. 88, n. 1050, p.17-69, 2015.